

SUMÁRIO

Capítulo 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	21
1. Conceito de Constituição	21
2. Sentidos ou concepções de Constituição	21
2.1. Sentido sociológico	22
2.2. Sentido político.....	22
2.3. Sentido jurídico	23
2.4. Sentido cultural	24
3. Classificação das Constituições	25
3.1. Quanto ao conteúdo.....	25
3.2. Quanto à forma	26
3.3. Quanto à origem.....	27
3.4. Quanto à estabilidade	28
3.5. Quanto à extensão	29
3.6. Quanto à elaboração	30
3.7. Quanto à ideologia.....	31
3.8. Quanto à essência	31
3.9. Quanto à sistematização	32
3.10. Quanto à finalidade.....	33
3.11. Quanto ao sistema	33
3.12. Quanto ao local de elaboração ou origem de sua decretação.....	34
3.13. Quanto à função.....	34
3.14. Classificação da Constituição Federal brasileira de 1988	35
4. Estrutura das Constituições	36
4.1. Preâmbulo.....	36
4.2. Normas centrais da Constituição (parte dogmática)	39
4.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	39
5. Tópico-síntese	41

Capítulo 2

PODER CONSTITUINTE	47
1. Conceito e generalidades.....	47
2. Origens da teoria do Poder Constituinte	48
3. Natureza	48
4. Titularidade e exercício	49
5. Espécies de Poder Constituinte: originário e derivado	50

6.	Poder Constituinte Originário.....	50
6.1.	Conceito.....	50
6.2.	Características.....	50
6.3.	Poder Constituinte Supranacional.....	51
6.4.	Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional.....	53
7.	Poder Constituinte Derivado.....	54
7.1.	Conceito.....	54
7.2.	Características.....	54
7.3.	Espécies: Reformador e Decorrente.....	54
7.4.	Poder Constituinte Reformador.....	55
7.4.1.	Conceito e espécies.....	55
7.4.2.	Limitações.....	55
7.5.	Poder Constituinte Decorrente.....	59
8.	Mutação constitucional ou Poder Constituinte difuso.....	60
9.	Tópico-síntese.....	61

Capítulo 3

TEORIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS..... 67

1.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.....	67
1.1.	Eficácia jurídica e eficácia social.....	67
1.2.	Aplicabilidade das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	68
2.	Classificação de José Afonso da Silva.....	68
2.1.	Normas constitucionais de eficácia plena.....	68
2.2.	Normas constitucionais de eficácia contida.....	69
2.3.	Normas constitucionais de eficácia limitada.....	69
3.	Tópico-síntese.....	70

Capítulo 4

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL..... 73

1.	Métodos de interpretação constitucional.....	73
1.1.	Método jurídico ou hermenêutico clássico.....	73
1.2.	Método tópico-problemático.....	74
1.3.	Método hermenêutico-concretizador.....	74
1.4.	Método científico-espiritual.....	74
1.5.	Método normativo-estruturante.....	75
1.6.	Método da comparação constitucional.....	75
2.	Princípios de interpretação constitucional.....	75
2.1.	Princípio da unidade da Constituição.....	75
2.2.	Princípio do efeito integrador.....	76
2.3.	Princípio da máxima efetividade.....	76
2.4.	Princípio da justeza ou da conformidade funcional.....	76

2.5.	Princípio da concordância prática ou da harmonização.....	77
2.6.	Princípio da força normativa da Constituição	77
2.7.	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	77
2.8.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	77
3.	Teoria dos poderes implícitos	78
4.	Tópico-síntese	78

Capítulo 5

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	81	
1.	Conceito e pressupostos	81
2.	Espécies de inconstitucionalidade	82
3.	Momentos de exercício do controle.....	83
4.	Controle difuso	87
4.1.	Histórico e nomenclatura.....	87
4.2.	Âmbito dos tribunais.....	90
4.3.	Efeitos da decisão	92
5.	Controle concentrado	96
5.1.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (genérica) – ADIN.....	96
5.1.1.	Objeto.....	97
5.1.2.	Competência.....	98
5.1.3.	Legitimidade	100
5.1.4.	“Amicus curiae”	103
5.1.5.	Efeitos da decisão	104
5.1.6.	Pedido cautelar	106
5.2.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO.....	107
5.2.1.	Objeto.....	108
5.2.2.	Competência.....	108
5.2.3.	Legitimidade	108
5.2.4.	Efeitos da decisão	109
5.2.5.	Pedido cautelar	110
5.2.6.	ADO versus mandado de injunção.....	110
5.3.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ou Representação Interventiva).....	111
5.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC.....	114
5.4.1.	Objeto.....	114
5.4.2.	Competência.....	115
5.4.3.	Legitimidade	115
5.4.4.	“Amicus curiae”	116
5.4.5.	Efeitos da decisão	116
5.4.6.	Pedido Cautelar.....	117
5.5.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF	117
5.5.1.	Objeto.....	118

5.5.2. Competência.....	119
5.5.3. Legitimidade	119
5.5.4. “Amicus curiae”	120
5.5.5. Efeitos da decisão	120
5.5.6. Pedido Cautelar.....	120
6. Principais recentes julgados sobre controle de constitucionalidade.....	121
7. Tópico-síntese	127

Capítulo 6

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....135

1. Princípios consagradores das bases políticas nacionais	135
2. Fundamentos da república federativa do Brasil.....	138
3. Princípio da soberania popular	138
4. Princípio da separação dos poderes.....	139
5. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	140
6. Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.....	141
7. Tópico-síntese	145

Capítulo 7

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....147

1. Distinções conceituais: direitos humanos, direitos fundamentais e garantias fundamentais.....	147
2. Titularidade dos direitos fundamentais	148
3. Cláusula de abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais.....	149
4. A eficácia horizontal, privada ou externa dos direitos fundamentais.....	149
5. Evolução: gerações ou dimensões dos direitos fundamentais.....	151
6. Principais recentes julgados sobre direitos fundamentais.....	152
7. Tópico-síntese	160

Capítulo 8

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....161

1. Direitos e deveres individuais e coletivos na Constituição Federal de 1988	161
1.1. Direito à vida.....	161
1.2. Direito à igualdade	162
1.3. Liberdade de ação à luz do princípio da legalidade.....	163
1.4. Liberdade de locomoção.....	163
1.5. Liberdade de manifestação do pensamento ou opinião	164
1.6. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	164
1.7. Liberdade de informação	164

1.8.	Liberdade de consciência e crença e a escusa de consciência.....	165
1.9.	Liberdade de reunião.....	166
1.10.	Liberdade de associação.....	166
1.11.	Liberdade profissional.....	167
1.12.	Direito à intimidade.....	168
1.13.	Direito à vida privada.....	169
1.14.	Direito à honra.....	169
1.15.	Direito à imagem.....	169
1.16.	Direito à inviolabilidade da casa.....	170
1.17.	Direito à inviolabilidade das correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	175
1.18.	Direito de propriedade.....	176
1.19.	Direito de petição.....	178
1.20.	Direito de certidão.....	178
1.21.	Direito de acesso à justiça.....	179
1.22.	Direito à segurança jurídica.....	179
1.23.	Direito ao devido processo legal.....	180
1.24.	Direito ao contraditório e à ampla defesa.....	181
1.25.	Direito a garantias penais e processuais penais.....	181
2.	Tópico-síntese.....	184

Capítulo 9

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....191

1.	<i>Habeas Corpus</i>	191
1.1.	Histórico.....	191
1.2.	Legislação pertinente.....	191
1.3.	Cabimento.....	192
1.4.	Legitimidade.....	193
1.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	195
1.6.	Espécies.....	195
2.	Mandado de segurança.....	196
2.1.	Histórico.....	196
2.2.	Legislação pertinente.....	196
2.3.	Cabimento.....	196
2.4.	Legitimidade.....	198
2.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	201
2.6.	Espécies.....	203
3.	Ação popular.....	203
3.1.	Histórico.....	203
3.2.	Legislação pertinente.....	204
3.3.	Cabimento.....	204
3.4.	Legitimidade.....	204

3.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	206
3.6.	Espécies.....	206
4.	<i>Habeas data</i>	207
4.1.	Histórico.....	207
4.2.	Legislação pertinente.....	207
4.3.	Cabimento.....	207
4.4.	Legitimidade.....	208
4.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	209
5.	Mandado de injunção.....	209
5.1.	Histórico.....	209
5.2.	Legislação pertinente.....	209
5.3.	Cabimento.....	210
5.4.	Legitimidade.....	210
5.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	212
6.	Tópico-síntese.....	213

Capítulo 10

DOS DIREITOS SOCIAIS.....221

1.	Generalidades.....	221
2.	Direitos sociais individuais dos trabalhadores.....	223
3.	Direitos sociais coletivos dos trabalhadores.....	226
4.	Princípio da vedação ou proibição do retrocesso.....	228
5.	Concretização dos direitos sociais versus teoria da reserva do possível.....	229
6.	Tópico-síntese.....	230

Capítulo 11

DIREITO DE NACIONALIDADE.....235

1.	Conceito e generalidades.....	235
2.	Espécies e formas de aquisição da nacionalidade.....	236
3.	Os brasileiros na Constituição Federal de 1988.....	238
3.1.	Brasileiros natos.....	238
3.2.	Brasileiros naturalizados.....	241
3.3.	Distinções entre natos e naturalizados.....	245
4.	Perda da nacionalidade brasileira.....	247
5.	O português equiparado a brasileiro ou “quase nacional”.....	249
6.	Tópico-síntese.....	250

Capítulo 12

DOS DIREITOS POLÍTICOS.....255

1.	Generalidades.....	255
----	--------------------	-----

2.	Direitos políticos positivos.....	258
2.1.	Ativos. Capacidade eleitoral ativa.....	258
2.2.	Passivos. Capacidade eleitoral passiva.....	259
3.	A situação dos militares.....	263
4.	Direitos políticos negativos.....	264
4.1.	Inelegibilidades.....	265
4.1.1.	Inelegibilidades absolutas.....	265
4.1.2.	Inelegibilidades relativas.....	266
4.2.	Privação dos direitos políticos: perda e suspensão.....	272
5.	Princípio da anterioridade eleitoral.....	277
6.	Dos partidos políticos.....	277
7.	Tópico-síntese.....	282

Capítulo 13

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	287	
1.	Organização político-administrativa.....	287
2.	A União.....	288
2.1.	Bens da União.....	288
2.2.	Competência material.....	289
2.3.	Competência legislativa.....	290
2.4.	Descomplicando a competência dos entes federados.....	291
3.	Os Estados federados.....	295
3.1.	Bens do Estado.....	298
3.2.	Competência material.....	298
3.3.	Competência Legislativa.....	299
4.	O Distrito Federal.....	300
5.	Os Municípios.....	301
5.1.	Competência legislativa.....	303
5.2.	Competência material.....	303
6.	Os Territórios Federais.....	304
7.	Intervenção.....	305
7.1.	Intervenção federal.....	305
7.2.	Intervenção estadual.....	307
7.3.	Características.....	307
8.	Administração Pública.....	308
8.1.	Introdução.....	308
8.2.	Disposições Gerais.....	308
8.2.1.	Princípios da administração pública.....	308
8.2.2.	Disciplina constitucional.....	310
9.	Principais recentes julgados sobre competência dos entes federados.....	316
10.	Tópico-síntese.....	323

Capítulo 14**DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 331**

1.	Do poder Legislativo.....	331
1.1.	Estrutura do Poder Legislativo	331
1.1.1.	Âmbito Federal.....	331
1.1.2.	Âmbito Estadual	331
1.1.3.	Âmbito Municipal.....	333
1.1.4.	Âmbito Distrital	334
1.2.	Atribuições do Congresso Nacional	334
1.3.	Câmara dos Deputados.....	335
1.3.1.	Principais características.....	335
1.3.2.	Competência privativa	336
1.4.	Senado Federal.....	337
1.4.1.	Principais características.....	337
1.4.2.	Competência privativa	338
1.5.	Imunidades parlamentares	339
1.5.1.	Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar	340
1.5.2.	Imunidade formal ou processual	340
1.5.3.	Foro por prerrogativa de função	342
1.5.4.	Imunidade parlamentar estadual e municipal	343
1.6.	Os Deputados e Senadores.....	343
1.7.	Perda do mandato de Deputado e Senador	344
1.8.	Das reuniões.....	345
1.9.	Das comissões	346
1.9.1.	As Comissões Parlamentares de Inquérito	347
1.10.	Processo legislativo.....	352
1.10.1.	Generalidades.....	352
1.10.2.	Espécies de processos legislativos	353
1.10.2.1.	Processo legislativo ordinário.....	354
1.10.2.2.	Processo legislativo sumário	361
1.10.2.3.	Processos legislativos especiais.....	362
1.11.	Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	362
2.	Do Poder Executivo.....	365
2.1.	Generalidades.....	365
2.2.	Sistemas de governo.....	366
2.3.	A eleição do Presidente da República	367
2.4.	O mandato.....	368
2.5.	Atribuições do Presidente da República	369
2.6.	Responsabilidade do Presidente da República	370
2.6.1.	Crimes de responsabilidade.....	370
2.6.2.	Crimes comuns.....	373
2.6.2.1.	Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa).....	374

2.7.	Ministros de Estado	375
2.8.	Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	375
3.	Do Poder Judiciário.....	376
3.1.	Funções típicas e atípicas.....	376
3.2.	Organograma do Poder Judiciário	377
3.3.	Estatuto da Magistratura.....	378
3.4.	Garantias do Poder Judiciário.....	379
3.4.1.	Garantias institucionais.....	379
3.4.2.	Garantias funcionais	379
3.5.	Quinto Constitucional	382
3.6.	Súmulas Vinculantes	382
3.7.	Do Conselho Nacional de Justiça	383
3.8.	Do Supremo Tribunal Federal	387
3.9.	Do Superior Tribunal de Justiça	387
3.10.	Da Justiça Federal	388
3.11.	Da Justiça do Trabalho.....	389
3.12.	Da Justiça Eleitoral	390
3.13.	Da Justiça Militar.....	391
3.14.	Da Justiça Estadual.....	392
4.	Das funções essenciais à Justiça.....	393
4.1.	Do Ministério Público.....	393
4.1.1.	Princípios institucionais	394
4.1.2.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público	395
4.1.3.	Funções institucionais	396
4.1.4.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	397
4.2.	Da Advocacia Pública	399
4.3.	Da Advocacia.....	400
4.4.	Da Defensoria Pública.....	400
5.	Principais recentes julgados sobre organização dos poderes e funções essenciais à justiça.....	402
6.	Tópico-síntese	411

Capítulo 15

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	423	
1.	Generalidades sobre o sistema constitucional das crises	423
1.1.	Do Estado de Defesa	424
1.2.	Do Estado de Sítio.....	425
1.3.	Disposições gerais relativas ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio.....	426
2.	Das Forças Armadas	426
3.	Da segurança pública	428
4.	Tópico-síntese	430